

Liberdade e individualismo (RODRIGO DOS SANTOS MANZANO)

O conceito de liberdade na atualidade pouco liberta os homens, por estar pautado no egoísmo. Rousseau nos coloca diante da questão na relação com o outro, mostrando que a verdadeira liberdade também é abdicar de parte dela

A liberdade é um direito garantido em quase todas as constituições, principalmente depois da Revolução Francesa, e está sempre presente no desejo humano. Porém, a ideia de liberdade na atualidade é defendida ao extremo. O culto à liberdade que se faz hoje acaba causando uma das formas de se autenticar e reforçar uma das características mais marcantes, e talvez mais deletérias, da pós-modernidade: o individualismo.

Diante disso, podemos questionar: o que há hoje é mesmo liberdade? E ela é positiva? E para refletir sobre essa "liberdade moderna", podemos buscar três linhas filosóficas para nos ajudar a estabelecer uma definição crítica deste conceito: os estoicos acreditam que a liberdade está na aceitação daquilo que a vida nos proporciona; Rousseau desenvolveu a definição de "bom selvagem", que se articulou com o tema da liberdade e demonstrou como a sociedade organizada, baseada na propriedade, destruiu a relação entre natureza e liberdade e destacou a importância de se abrir mão de parte da liberdade individual para a garantia do direito a todos. E, por fim, o existencialismo de Sartre diz que a liberdade nos leva à responsabilidade e que somos "condenados a ser livres".



DE ACORDO COM A NATUREZA

"Definição de fim segundo Zenão: 'viver de modo coerente'; o que significa viver em conformidade com uma razão única e concorde, ao passo que aqueles que vivem de modo contraditório são infelizes.

Dizemos fim um bem perfeito, como dizemos que é fim a coerência; mas dizemos fim também o escopo, como dizemos que é um fim o viver coerentemente e também dizemos fim o último dos bens desejáveis, ao qual todos os outros se reportam.

Fim é a felicidade, para a qual toda coisa se faz, onde ela se faz, sim, mas não para um escopo estranho a ela; consiste em viver virtuosamente, em viver coerentemente, e ainda, que é afinal uma coisa só: viver segundo a natureza".¹

A citação acima nos ajuda a entender a essência do pensamento estoico e a relação que os filósofos dessa corrente fizeram entre natureza, liberdade e ética. Desta forma, é importante compreendermos, acima de tudo, o que é para o pensamento estoico *viver de acordo com a natureza*.

PARA OS ESTOICOS, A RACIONALIDADE E A INDIFERENÇA ERAM CHAVES PARA A VIDA LIVRE. OS HOMENS, AO APEGAREM-SE ÀS COISAS, SEMPRE CORREM O RISCO DE SOFRER

O fundador do estoicismo, o filósofo Zenão da cidade de Cício, dizia que, para viver de acordo com a natureza, o conceito-chave era a ideia de ataraxia. A palavra grega ataraxia significa "indiferença". Para os estoicos, a indiferença era a chave para a vida livre. Os homens, ao apegarem-se às coisas, sempre correm o risco de sofrer. Então, caberia ao homem saber viver de modo indiferente à realidade que nos cerca, uma vez que, para eles, há uma racionalidade que guia todos os acontecimentos, o *logos*. Assim, os seres humanos, como parte de uma natureza racional maior, têm de aprender a aceitar os acontecimentos da vida. O conceito esclarece que o homem é apenas parte da natureza, uma centelha de algo muito maior. De certa forma, querer voltar-se contra isso é agir contra a natureza que nos cria, que nos dá a existência, e também voltar-se contra a nossa própria natureza.

Tendo isto em mente, os estoicos acabavam por defender um estilo de vida austero. Viver de modo livre não era deixar-se guiar por paixões, ambições, desejos, pois tudo o que desejamos, o que é externo a nós, não pode nunca

nos fazer realmente felizes. Pelo contrário, colocar nossa felicidade no desejo é ilusório, pois, como já foi dito, a realidade sensível é fugaz.



A Revolução Francesa, responsável por assegurar liberdade às constituições, acabou por legitimar um conceito de liberdade que usamos hoje, que não contempla a preocupação com o próximo

“Como tudo passa célere! Os seres no mundo, sua lembrança no tempo! Os objetos sensíveis que nos seduzem pelas promessas de gozo, que nos aterrorizam pela perspectiva do sofrimento ou cujo brilho nos deslumbra! Não nos devemos esquecer o quão são vis, abjetos, putrefatos, mortos! Quem são mesmo aqueles cujas opiniões e palavras conferem a glória? Que é a morte? Se a considerarmos em si só, se, por uma abstração mental, a separarmos dos fantasmas que lhe associamos, veremos que não passa de uma operação da natureza. É infantilidade temer uma operação da natureza. E não é apenas uma operação banal da natureza, mas, sim, uma operação útil à natureza. Como pode o homem atingir Deus? Por que parte de si mesmo? Mediante que disposição dessa parte”.²

O que podemos perceber é que, para os estoicos, a verdadeira liberdade está no não se apegar ao que é externo, uma vez que há uma razão para as coisas deixarem de existir. Se tudo é fugaz, é bobagem sofrer pelo que se perde, pois a perda é algo inevitável. Desta forma, a razão se sobrepõe à emoção na busca pela felicidade e pela vida virtuosa. E para os estoicos, nada mais virtuoso, nada mais ético, do que aprender a viver de acordo com a natureza, com suas determinações, com as vicissitudes que ela nos impõe. Desta forma, liberdade, felicidade e ética se articulam. Livre é aquele que não se escraviza por nada, que não sente a necessidade de nada, pois ele mesmo tem consciência de ser parte da natureza. Cabe aceitar. Liberdade para os estoicos é aceitação, conformação à realidade, à natureza. Quem assim vive, é ético.



Para os estoicos, o homem livre é aquele que não se escraviza e não sente necessidade de nada. Ser livre é aceitação

Para nós, tal visão é importante porque nos coloca diante de uma situação importante: conformar-se à natureza. O estoicismo pode ser muito criticável por colocar a racionalidade como o único parâmetro para os homens, e a emoção como algo de segundo plano, um verdadeiro mal. Porém, o que hoje soa como atual é essa relação entre liberdade e natureza, e, principalmente, a questão dos excessos. Para os estoicos, jamais seriam vistos como ações livres os gestos que as pessoas têm ao abusar de sua liberdade. Liberdade é saber aceitar a vida, saber viver com o que se tem, não buscar cada vez mais, buscar satisfazer todas as vontades, de forma egoísta e hedonista. A moderação, algo tão cultuado pelo pensamento estoico, é exatamente o que faz falta na atual noção de liberdade. Essa ideia fará eco no pensamento de Rousseau, pois para o filósofo, os homens só podem ser livres em sociedade se abrirem mão da liberdade individual. Em situação egoísta e individualista, a liberdade é, para alguns, ilusória.

O HOMEM NASCEU LIVRE

Portanto, assim como os estoicos, Jean Jacques Rousseau buscou relacionar natureza e liberdade. Para o filósofo, os homens no Estado Natural são livres, e esse estado é a melhor fase, o que de melhor pode haver para o ser humano. O famoso ideal do "bom selvagem", que tanto influenciou o Romantismo, como podemos perceber em obras como o clássico da nossa literatura *O Guarani*, surge dessa visão rousseauiana, expressa sinteticamente na famosa máxima "o homem nasce bom, a sociedade é que o corrompe". O surgimento da sociedade organizada corrompe os homens, levando-os a um estado de barbárie. Ironicamente, podemos concluir disso tudo que, para Rousseau, no estado "selvagem", ou seja, na natureza, o homem é bom, e na civilização, na sociedade organizada, o homem se perverte, torna-se mau.



Rousseau acredita que o homem no estado de natureza é livre e bom. Ele se corrompe na sociedade organizada e, para viver em harmonia, terá de abrir mão de parte dessa liberdade

Mas o que realmente leva o homem a se corromper? Qual o fator que, uma vez que a sociedade organizada surge, os leva às adversidades, disputas e rivalidades? Para Rousseau, ironicamente – uma vez que o autor é iluminista e o movimento buscou defender os interesses burgueses – o fator que corrompe os homens é a propriedade. O surgimento da propriedade privada dividiu a humanidade em dois gêneros: os que têm e os que não têm. Desta forma, os que têm escravizam, oprimem, se aproveitam dos que não têm, visando a ter mais. Por outro lado, os que não têm tornam-se cobiçosos, ambiciosos, voltam-se uns contra os outros, buscando ter o que no estado natural era de todos. "Por outro lado, o homem, de livre e independente que era antes (no estado natural), passou a estar, em virtude de uma profusão de necessidades, por assim dizer, sujeito a toda a natureza, sobretudo aos seus semelhantes, de quem num sentido se torna escravo, mesmo em se tornando seu senhor; rico, precisa de seus serviços; pobre, precisa de seu auxílio, e a mediocridade não o coloca em situação de viver sem eles. Logo, é necessário que incessantemente procure interessá-los em sua sorte e fazê-los encontrar, real ou aparentemente, proveito em trabalhar para o seu próprio; isso torna-o dissimulado e artificioso com uns, imperioso e duro para com outros e torna-lhe imprescindível lograr todos aqueles de que necessita, quando não pode fazer-se temer por eles e não acha de seu interesse servi-los utilmente. Enfim, a ambição devoradora, a gana de aumentar a sua fortuna relativa, menos por verdadeira necessidade do que para ficar acima dos outros, inspiram a todos os homens uma nefanda inclinação para se prejudicarem mutuamente, uma inveja secreta tanto mais perigosa quanto, para aplicar seu golpe com maior segurança, frequentemente assume a máscara da benevolência; em suma, concorrência e rivalidade de um lado, oposição de interesses do outro e sempre o desejo oculto de tirar proveito à custa de outrem; todos esses males constituem o primeiro efeito da propriedade e o cortejo inseparável da desigualdade nascente".³

Como se pode perceber, para Rousseau, a liberdade natural dos homens foi diminuída, e até mesmo eliminada. Assim, somente os homens realmente livres poderiam ter um comportamento bom. A falta de recursos por parte de alguns e o excesso destes por parte de outros acabou com a liberdade dos homens. Uns voltaram-se contra os outros, traíram sua natureza bondosa e solidária, pois a necessidade os levou a isso. Podemos, assim, concluir que o binômio ética-liberdade no pensamento de Rousseau traz uma relação muito forte, uma vez que a ação livre era a ação natural. Como resolver esse impasse? Qual a proposta de Rousseau? Para ele, a situação é irreversível. Os

homens não voltam mais ao estado natural. Porém, para assegurar a liberdade comunitária, uma volta, pelo menos formal, ao que o estado natural garantia, Rousseau coloca a necessidade de cada um abrir mão de suas vontades pessoais, individuais, pelo menos de parte dela, visando ao bem comum. Surge, assim, o conceito mais importante na filosofia política de Rousseau: a vontade geral.



Para Sartre, a liberdade é uma condenação, à medida que o homem é resultado de suas opções e escolhas

“Como os homens não podem criar novas forças, mas só unir e dirigir as que já existem, o meio que têm para se conservar é formar por agregação uma soma de forças que vença a resistência, com um só móvel pô-las em ação e fazê-las obrar em harmonia. (...) Cada um enfim, dando-se a todos, a ninguém se dá; e como em todo sócio adquire o mesmo direito que sobre mim lhe cedi, ganho o equivalente de tudo quanto perco e mais forças para conservar o que tenho.

Se afastamos pois do pacto social o que não é da sua essência, achá-lo-emos reduzido aos termos seguintes: cada um de nós põe em comum sua pessoa e todo o seu poder sob a suprema direção da vontade geral, e recebemos enquanto corpo cada membro como parte indivisível do todo”.⁴

Rousseau percebeu que o homem perdeu muito ao sair do estado natural, pois perdeu a liberdade natural que qualquer ser tinha. Porém, a única forma de se retomar pelo menos parte da liberdade, e findar com a oposição na qual os homens acabaram sendo jogados, é que os homens abram mão de parte de sua liberdade em vista do bem comum, ou seja, da realização da vontade geral. Assim, o contrato social proposto por Rousseau se resume a isso, uma forma de fazer que, de modo geral, a sociedade possa ter a liberdade garantida, visando aqui a uma forte crítica ao absolutismo ainda vigente nas nações europeias do século XVIII.

Hoje, o louvor à liberdade traz consigo necessariamente a ideia de “passar por cima dos outros”, agir sem escrúpulos, agir egoisticamente. A liberdade cultuada hoje é individualista e a que Rousseau defendia era totalmente contrária a essa visão, pois levava à comunidade. Ironicamente, Rousseau, que foi um dos idealizadores da sociedade contemporânea, pois influenciou a Revolução Francesa, sendo um dos referenciais teóricos desta, acabou dando origem a uma sociedade que usa a liberdade e o discurso em prol desta para justificar o egoísmo. A sociedade que surge do Iluminismo, principalmente a de Rousseau, que tinha alto teor humanista, racionalista, acabou se tornando realmente selvagem, pois se pautou no egoísmo tão apregoado pelos ideais capitalistas liberais.



PARA SARTRE, NÃO HÁ NENHUMA NATUREZA HUMANA PREDETERMINADA. NEM BOA, COMO DEFENDIA ROUSSEAU, NEM RACIONAL E INDIFERENTE, COMO DEFENDIAM OS ESTOICOS

NIETZSCHE E O AMOR FATI

Nietzsche é um filósofo que exerce grande influência nos comportamentos difundidos na atualidade. O filósofo exerceu influência até mesmo sobre o existencialismo. O nihilismo apregoado pelo filósofo “caiu no gosto da população” e, de certa forma, virou moda. Isso porque o filósofo defende que o homem deve muito mais viver o lado instintivo, irracional, renegando os valores morais, do que se adaptar a eles. Porém, apesar de Nietzsche defender tais ideias e até criticar os estoicos por sua racionalização excessiva da vida, Nietzsche retoma uma das ideias centrais deles, o chamado Amor Fati (“amor ao fado”, “ao destino”). A vida é marcada pelo destino, uma vez que os fatos são inevitáveis. Cabe aos homens aceitá-los, e mais do que isso, amá-los, querer as coisas como elas são. Cabe aos homens saber viver cada dia aproveitando ao máximo, independentemente do que a realidade os proporciona. Desta forma, os homens são livres de acordo com o que a natureza proporciona e a aceitação dessa natureza é o que garante a liberdade. Até mesmo Nietzsche, com toda a sua crítica à moral, com sua “filosofia do martelo”, ainda acaba por retomar pontos que já foram defendidos pelos antigos, e que deram base à sociedade ocidental.

A CONDENAÇÃO À LIBERDADE

“O homem é, inicialmente, um projeto que se vive como sujeito, e não um musgo, um fungo ou uma couve- ... or; nada existe anteriormente a esse projeto; nada existe de inteligível sob o céu e o homem será, antes de qualquer coisa, o que ele tiver projetado. Não o que vai querer ser, pois o que entendemos ordinariamente por querer é uma decisão consciente que, para a maior parte de nós, é posterior ao que fizemos efetivamente de nós mesmos. (...) Mas se realmente a existência precede a essência, o homem é responsável pelo que é. Assim, a primeira decorrência do

existencialismo é colocar todo homem em posse daquilo que é, e fazer repousar sobre ele a responsabilidade total por sua existência.”⁵



A liberdade como conceito na atualidade é a individualista, egoísta, aquela em que as vantagens advindas dela têm a ver com o prejuízo do outro

Não podíamos encerrar uma discussão sobre liberdade sem retomar o pensamento do filósofo francês Jean-Paul Sartre. Para ele, não há nenhuma natureza humana predeterminada. Nem boa, como defendia Rousseau, nem racional e indiferente, como defendiam os estoicos. O homem é um projeto, ele se faz, se constrói, é fruto de suas escolhas e de suas opções. Isso nos coloca diante do verdadeiro peso que tem a liberdade. Ser livre não é somente fazer o que se quer, mas sim, assumir a responsabilidade pelo que se fez. Queremos toda a liberdade, o direito de fazer tudo, sem nunca pensar nos outros, naqueles com quem convivemos, e nem sempre somos capazes de assumir a responsabilidade das consequências de nossas ações. Ao menor sinal de problemas e de dificuldades, buscamos culpados a todo o momento, seja o sistema político que nos rege, seja a estrutura familiar que tivemos (ou muitas vezes não tivemos), seja a educação que foi falha e não nos proporciona instrumentos para uma vivência desenvolvida e madura em todos os sentidos, entre tantos outros motivos. Queremos liberdade, mas não temos a capacidade para assumir os fracassos em nossas vidas. Como disse no início do artigo, reafirmo agora: a noção de liberdade desenvolvida hoje é a liberdade individualista. E essa liberdade, ou melhor, a busca por esse tipo de liberdade, é extremamente deletéria, pois necessariamente voltaremos uns contra os outros na certeza de que estamos lutando pelos nossos direitos. A liberdade é um direito de todos, mas ela tem seus limites. Até mesmo na filosofia sartreana, quando vemos que ele coloca o homem como um ser condenado à liberdade, mas que essa liberdade traz a responsabilidade, ela nos faz pensar em nossas ações. O existencialismo, ao jogar toda a responsabilidade de nossas ações sobre nossos próprios ombros, vê a liberdade da forma mais cruel e desconfortável que existe. Podemos perceber que a liberdade tornou-se mais um jargão ideológico, alienador, e o pior, que nos divide, impedindo de fazer que os indivíduos se unam. A liberdade tornou-se tudo, menos algo que realmente ajude os homens a se libertarem.

RODRIGO DOS SANTOS MANZANO é graduado em Filosofia pela Unifai, professor de Filosofia da rede pública do Estado de São Paulo e no SESI- SP

¹Cícero, "Sobre os %o ns", in Reale, G. Dario, A. História da Filoso a. São Paulo: Paulus. v. 1 p.295-296

²Aurelio, M.Meditações. São Paulo: Martin Claret. p.23-24

³Rousseau, JJ. Discurso sobre a Origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens, São Paulo, Martins Fontes, p 217-218

⁴ Idem, Do contrato social, São Paulo: Martin Claret, p. 29-30.

⁵ Sartre, J-P. O existencialismo é um humanismo. Petrópolis: Vozes. p. 26.

Grandeza das "futilidades" (CONTARDO CALLIGARIS)

NO COMEÇO de agosto, jovens londrinos foram às ruas (e aos saques) apoderando-se de bugiganga eletrônica e roupa de marca; mencionei esse fato na coluna da semana passada. Alguns leitores entenderam que eu desaprovava a revolta pela futilidade de seus motivos, um pouco como Luiz Felipe Pondé ao apresentar a turba como um recém-nascido MSI, Movimento dos sem iPad (na **Folha** de 22 de agosto).

Os mesmos leitores atribuíram aos manifestantes uma motivação "mais nobre". Por exemplo, @blogsessao, no Twitter, afirmou que os jovens não arriscariam suas vidas por bugiganga: eles deviam estar protestando contra desemprego, violência policial etc. - coisas mais sérias.

Pois bem, contrariamente a @blogsessao, acho que os jovens queriam mesmo os objetos que roubaram. E, contrariamente a Pondé (e também a @blogsessao), acho que os objetos que eles roubaram não têm nada de fútil: na modernidade, as aparências e os objetos de consumo são atributos constitutivos da subjetividade e da liberdade. Explico.

Até o século 18, um nobre poderia chegar a uma festa a pé e, mesmo assim, ele seria recebido com a honra devida à sua condição. Seus eventuais apetrechos (roupa, aparato) eram seu direito exclusivo (alguém que não fosse nobre não poderia usar os mesmos), mas a honra era devida ao seu berço, não ao seu aparato. Hoje, chegando a uma boate, seu carro, seu estilo ou sua roupa podem fazer que você seja admitido ou barrado. Será que nos tornamos escravos dos objetos e do aparato?

Ao contrário, os objetos e o aparato são a condição de uma liberdade inédita, porque, hoje, ninguém será barrado na festa porque nasceu num berço humilde -só se ele tiver escolhido o aparato errado. Alguém dirá que o aparato custa dinheiro: os direitos conferidos pela riqueza teriam substituído os conferidos por nascença. É possível, mas, em tese, todos podem enriquecer e, hoje, o estilo vale tanto quanto a riqueza (há festas nas quais só se entra de meia furada e calçado ortopédico velho).

Mas voltemos a algo que talvez não tenha ficado claro quando falei do aparato que era direito exclusivo do nobre. Com a modernidade, acabaram as leis suntuárias, que serviam para colocar ordem nos costumes e na sociedade. Por exemplo, as prostitutas deviam se vestir de um certo jeito - sempre, não só no exercício da profissão. E os artesãos e comerciantes não podiam imitar as vestimentas e os aparatos dos nobres. Desde a Idade Média, essas leis eram uma tentativa de a nobreza frear o consumo e o prestígio dos burgueses, que estavam ficando cada vez mais influentes. Ou seja, eram maneiras de resistir a um mundo em que o acesso ao poder não dependeria mais da nascença.

Em suma, objetos, aparato e aparências, em sua suposta futilidade, são a chave de nossa liberdade para circular na hierarquia social, entrar em grupos diferentes do grupo no qual nascemos. Alguém dirá: tudo isso é muito bom, mas será que a necessidade não deveria ser mais importante do que as futilidades de aparato e aparência, por mais que elas nos prometam liberdade? Nos anos 70, na Índia, numa campanha de controle da natalidade, os indigentes podiam escolher: em troca de sua esterilização, receberiam um saco de arroz ou um rádio de pilha. Muitos escolhiam o rádio (embora não tivessem chance alguma de, um dia, comprar pilhas novas).

Hoje, no Rajastão, entre os que aceitam a esterilização, são sorteados televisores, liquidificadores, motocicletas, e um Tata Nano, o carro mais barato do mundo ("BBC Mobile", 1/07/11). Tenho carinho pelos indigentes que preferiam o rádio e hoje sonham com o carro: a cultura à qual pertença começa quando ter desejos e ser reconhecido pelos outros se torna tão importante quanto silenciar o ronco da fome. Conclusão: lugar de saqueador é na delegacia. Agora, quem rouba iPads não é mais culpado do que aquele que rouba pão, porque, numa sociedade livre, em que a vida depende tanto do olhar dos outros quanto de mil calorias diárias, as pretensas "futilidades" (objetos de consumo e de aparato) são gênero de primeira necessidade, parte da cesta básica.

Para ler mais: o clássico "The Social Life of Things", de A. Appadurai (Cambridge University Press). Acaba de sair o ótimo "Sumptuary Law in Italy 1200-1500", de C. Kovesi Killerby (Oxford).

[ccalligaris@uol.com.br](mailto:calligaris@uol.com.br) – Folha de São Paulo, 08 de agosto de 2011.

Banda larga ruim desafia Netflix no Brasil

Direitos de transmissão de filmes também são entraves para a maior locadora on-line, que chega amanhã ao país. Dos 42 milhões de usuários de internet, menos de 6% têm infraestrutura razoável para ver vídeos on-line

CAMILA FUSCO - DE SÃO PAULO

Maior serviço de assinatura de vídeos on-line do mundo, o americano Netflix desembarca no Brasil com uma lista de desafios para conseguir se consolidar no país. O serviço, que será anunciado amanhã, prevê assinatura da transmissão on-line ("streaming") de filmes e séries. A expectativa é que a mensalidade custe em torno de US\$ 8, ou R\$ 13, padrão esperado para países latinos. Lidar com a qualidade limitada das conexões à internet em banda larga está entre as questões mais críticas.

"Para o serviço de transmissão on-line de vídeo funcionar de forma razoável são necessárias velocidades reais de 800 kilobits por segundo (Kbps) e apenas uma pequena parte dos usuários chega a esse patamar hoje", diz Cristiano Zaroni, diretor-geral da consultoria Frost & Sullivan. Atualmente, menos de 6% dos cerca de 42 milhões de usuários residenciais de internet têm velocidade compatível com vídeos, o que limita o potencial de clientes.

"Hoje apenas usuários dos grandes centros já conseguem ter acesso à internet em fibra óptica e ainda pagam entre R\$ 200 e R\$ 300, o que está longe de caber no bolso da maioria", diz Zaroni.

DIREITOS AUTORAIS

Negociar a extensão dos direitos dos filmes internacionais para transmissão no país também é desafio.

Segundo a **Folha** apurou, até o fim de agosto o Netflix tinha conseguido negociar o direito de apenas 20% dos seus 18 mil títulos para "streaming", ou 3.600 filmes. Incorporar o conteúdo de canais a cabo deverá ser outra frente de batalha. Na semana passada, nos EUA, a operadora de TV Starz decidiu não renovar seu contrato e, com isso, a locadora on-line deixará de veicular a partir de 2012 conteúdos da Sony e da Disney.

Especialistas afirmam que a operadora de TV ainda considera o Netflix uma ameaça à sua rentabilidade, o que deverá se repetir por aqui.

CONCORRÊNCIA

Principal concorrente do Netflix no país, a Netmovies tem no serviço de assinatura de DVDs um de seus trunfos. "Como a qualidade de banda larga é um entrave, há espaço para o serviço de distribuição física, além da chance de investir em lançamentos que estreiem primeiro nos DVDs", diz Daniel Topel, presidente da Netmovies.

Com 35 mil títulos em DVDs, a empresa está em 93 cidades. O "streaming" tem 4.000 filmes. As assinaturas vão de R\$ 9,90 a R\$ 15,90. Outra tática da Netmovies é ampliar a presença em equipamentos eletrônicos. Segundo a **Folha** apurou, a Netmovies desbancou o Netflix na negociação pela exclusividade de aplicativo no novo tablet da Samsung, o Tab 10.1. A Netmovies será a única empresa a ter seu software já instalado de fábrica no tablet e em alguns telefones Android para vídeo on-line.

A derrota é um sinal claro de que a exploração do mercado brasileiro poderá não ser tão fácil como o Netflix imaginava. Nem Netmovies nem Samsung comentaram a parceria.

Folha de São Paulo, setembro de 2011.

Jaqueline Roriz e o ladrão estrebuchando (MALU FONTES)

POUCAS EXPRESSÕES são tão mal entendidas e interpretadas quanto defesa dos direitos humanos. Quando a imprensa refere-se ao tema, o senso comum e boa parte dos próprios meios de comunicação fazem troça e a traduzem imediatamente como sinônimo de direito dos bandidos. Na última semana uma imagem que rodou o país, dos telejornais à internet e aos veículos impressos, trouxe mais uma vez à tona a posição ambivalente em que fica a imprensa quando se trata de abordar o assunto. Em cenas ocorridas já há algum tempo, mas só agora vindas a público, policiais tripudiam enquanto um assaltante agoniza. As imagens mostram um sujeito ferido, perdendo sangue e à beira da morte, caído no chão, enquanto os policiais, ao invés de socorrê-lo, optam pela atitude sádica de observá-lo, enquanto dizem coisas do tipo 'vai, estrebucha'.

O contexto em que as imagens vieram à tona, era, inicialmente, o de abordar a atitude condenável de policiais de São Paulo que protagonizaram a cena, a quem, como representantes do Estado de Direito, cabe socorrer qualquer indivíduo sob condição de sofrimento. As imagens surgiram, portanto, a serviço da tese da defesa dos direitos humanos, como forma de ressaltar que as instituições policiais não podem repetir o comportamento dos criminosos, impingindo-lhes o mesmo tratamento que estes dão às suas vítimas, os cidadãos alvos da violência brasileira cotidiana. Mas uma parte considerável da sociedade que teve acesso ao episódio aprovou os policiais, criticou a imprensa pela denúncia e achou o sofrimento imposto ao ladrão algo do tipo pouco, bom e doce.

VINGANÇA - Na mesma semana em que vieram a público as imagens do assaltante estrebuchando sob o gozo do olhar policial, também foi veiculado na imprensa um episódio em que policiais encurralam um grupo que tentava assaltar um caixa eletrônico em São Paulo, deixando-os sem chance de defesa para se entregarem e sair vivos do assalto frustrado. Mais uma vez, a polícia foi acusada, sob a lógica dos direitos humanos, de provocar a morte dos assaltantes sem chance de defesa. Embora seja através da televisão que esses casos ganhem repercussão nacional, é na imprensa escrita, pela própria natureza dos meios, que é possível acompanhar a reação social diante desse tipo de fato.

As cartas de leitores publicadas em jornais impressos de circulação nacional mostraram durante a semana o tamanho do desafio da imprensa quando se trata de cobrir a violência cotidiana da qual todas as regiões do país são vítimas. O que parece ter se instaurado entre a imprensa e os consumidores de informação, que, são simultaneamente vítimas reais ou potenciais da violência noticiada, é uma equação doentia, sem meios termos, nenhum bom senso, grau de civilidade ou uma qualidade razoável de argumentos. Neste cenário, tem-se, de um lado, uma imprensa que praticamente louva a atitude policial em casos como estes citados e incita o cidadão à vingança e à defesa da pena de morte como forma de enfrentar a violência. Do outro lado, uma imprensa que, ancorada no Estado de Direito, denuncia os crimes cometidos por policiais que reproduzem em suas ações a violência do banditismo. Esta, no entanto, tem sido alvo de reações cada vez mais iradas de cidadãos, que a acusam de estar do lado dos ladrões. Ou seja, à imprensa que não assume o papel de juiz e não aponta o dedo, ela mesma, para o bandido, na condição de

acusadora, empurrando-o para a tortura máxima e à morte o quanto antes, sobra o lugar de condenada, assemelhada, ela mesma, aos bandidos.

SACOLA DE DINHEIRO - Se a imprensa está dividida em duas, uma que denuncia policiais violentos, mesmo que esta violência seja praticada contra bandidos explicitamente em ação, e outra que, nos moldes dos programas policiais que usam até helicópteros para perseguir imagens de ladrões em fuga, não se conforma com a inexistência no país da pena de morte, a audiência, os leitores, a sociedade, também repete esta divisão. Embora parte dos brasileiros que reivindicam para si o lugar de maior esclarecimento e formação educacional faça cara feia para a imprensa justiceira que saliva por não poder ela mesma prender, arrebentar e matar, é fato que muito mais gente adere à tese desta imprensa e cai de pau na outra, que denuncia abusos policiais. Esta vem perdendo o direito de falar em direitos humanos, pois tem sido reiteradamente acusada, por sua audiência, de ser uma defensora de bandidos, de fazer a opção pelos bandidos, quando deveria ficar ao lado da população e da polícia.

Enquanto a sociedade e a imprensa brasileira dividem-se deste modo, com o lado justiceiro cada vez mais numeroso e arregimentador de seguidores, na prática nada muda, a não ser, e para pior, o tamanho do medo que acompanha todo e qualquer brasileiro hoje. Do mesmo modo, enquanto a classe média faz suas articulações argumentativas e chega a determinadas conclusões, por que o banditismo também não haveria de fazer as suas, ora? Se o povo, sempre muito bem intencionado e defensor da paz, acha que a polícia está autorizada a matar bandido sem chance de defesa e a ver com prazer um ladrão 'estrebuchando', por que o assaltante não pode achar razoável considerar que, se Jaqueline Roriz pode levar para casa uma sacola de dinheiro que não era seu sem sequer correr o risco de perder o mandato por isso, por que ele não tem o direito de ter a vida poupada por um policial que o flagra em um assalto?

MALU FONTES é jornalista, doutora em Comunicação e Cultura e professora da Facom-UFBA. Texto publicado em 04 de setembro de 2011. Jornal A Tarde, Salvador.

A África de Naipaul (LUIZ FELIPE PONDÉ)

QUER CONHECER um pouco sobre a África? Leia V. S. Naipaul. Recomendo. Aliás, o Nobel recomenda. Mas Nobel não basta. Saramago foi Nobel e sempre o achei um chato. Seu livro sobre Caim é um desfile de bobagens e desinformações sobre a Bíblia. Qualquer um que conheça um pouco desse clássico da literatura hebraica antiga perceberá que Saramago não entendia nada sobre o assunto.

Leia "A Máscara da África - Vislumbres das Crenças Africanas", publicado no Brasil pela Companhia das Letras. O livro traz a narrativa da recente visita de Naipaul a alguns países da África. O resultado é um jornalismo sofisticado em detalhes e reflexivo tanto na forma quanto no conteúdo. O intrigante, hoje em dia, é que muito "inteligentinho" acha que combater o preconceito é inventar mitos de bondade e pureza sobre o "outro". Naipaul é um antídoto contra essa doença infantil.

Aliás, algo que surpreende Naipaul com relação à África é o fato de que muitos povos de lá não tinham alcançado a escrita antes de entrar em contato com muçulmanos e cristãos (ou seja, "ontem"), quase todo seu passado é mito e quase nada é história. É mais ou menos como viver em delírio constante quanto ao seu passado, sem saber o que de fato foi real e o que foi apenas devaneio. É comum tratar Naipaul como "eurocêntrico", o que, por si só, já é uma boa recomendação, pois significa que a moçada politicamente correta, que exerce essa censura sem caráter, não gosta dele.

Não há nada no livro que nos remeta a "preconceitos", mas há, sim, muita coisa que revela a tristeza que ainda assola a África e que sempre existiu, mesmo antes dos absurdos que os brancos fizeram por lá. A grande mentira sobre a África é que os brancos tornaram-na violenta, pobre e infeliz. Não, ela é assim há muito tempo. Mas os europeus tampouco ajudaram. Hoje em dia, é comum obrigar alunos a estudar a história da África. Pergunto-me como isso é feito. Temo que a África seja compreendida como um doce de coco que só não é melhor por culpa dos malvados brancos. Não, todos os homens são maus, pouco importam cor, sexo, raça ou crença. Alguns poucos se destacam pelo bem. É verdade que esgotos, estradas e a recusa embutida nos sacrifícios humanos ajudem um pouco a você deixar de ser um bárbaro.

O livro de Naipaul dá atenção especial às crenças africanas. A catequese cristã e a islâmica destruíram o tecido das crenças ancestrais de muitos africanos, os deixando nem lá nem cá. Por exemplo, queimar pessoas vivas foi um hábito dos povos africanos até "ontem". Ou melhor dizendo, até "hoje". Matar, despedaçar, cortar órgãos e queimar pessoas por razões religiosas (e outras) sempre foi uma prática comum entre povos de Uganda, por exemplo. Em grandes quantidades.

Sim, eu sei que europeus também fizeram isso. Lembra o que eu disse acima sobre os homens serem maus? Mas a questão aqui não é essa, mas, sim, combater o "preconceito" de que a miséria material e moral africanas tenham sido criadas pelos europeus. O encontro de culturas que não conheciam a roda até "ontem" (é isso aí...) com os colonizadores europeus (que nunca tiveram nada de bonzinhos) criou países à deriva.

Exemplos de tragédias cotidianas entre populações pobres numa mesma edição de um jornal ugandense:

1 - "Homem queima dez pessoas numa cabana". Um homem briga com sua mulher, joga gasolina e toca fogo. Entre as dez pessoas, sete eram crianças.

2 - "Meu marido foi cortado em pedaços com um machado na minha frente". Além de matar o marido, o assassino cortou uma mão da mulher; enquanto despedaçava a vítima, acusava-a de poligamia, daí a suspeita de que algo de cristianismo x "paganismo" estava em jogo na "disputa".

3 - "Acusada de queimar filho vivo". Esse parece ser um gosto da "cultura ugandense" mais "primitiva": queimar gente viva; o filho de 18 meses estava num saco com as pernas atadas.

Fora as manchetes, a bruxaria é comum até hoje. Diretores de escolas podem ser mortos por serem acusados de bruxaria e irmãos podem matar sua tia de 42 anos, além de arrancar sua mandíbula e sua língua com o intuito de fazer mágica. Até hoje, a bruxaria é "oficial" em muitos lugares da África.

Puro neolítico?

ponde.folha@uol.com.br – Folha de São Paulo, setembro de 2011.

Aonde o telejornal vai, o Estado vai atrás (MALU FONTES)

SE HÁ UM aspecto com o qual o telespectador assíduo e atento dos telejornais está acostumado é com a repetição de cenas nas quais as câmeras de TV, ocultas ou não, denunciam uma prática criminosa ou desumana e no dia seguinte o Estado está no mesmo local, como se convocado e pautado pela imprensa. Em um país onde as coisas funcionam, a ordem mais natural é aquela em que o Estado e suas ações pautam a imprensa, no sentido de transformar tais ações em notícias ou cobrar dos gestores públicos o cumprimento destas em grau satisfatório.

No contexto brasileiro, no entanto, há omissões crônicas do Estado, práticas sociais criminosas que se repetem há anos e para que o poder público venha à sociedade prestar contas ou oferecer possibilidades de solução é preciso que a imprensa, sobretudo a televisão, chegue antes e mostre a barbárie da vez. Um exemplo clássico desta prática se deu na primeira sexta-feira de setembro, quando o Jornal Nacional exibiu uma reportagem na qual denunciava a prática sistemática e ostensiva do tráfico e consumo de drogas, aliada ao roubo e à agressão física dos consumidores pelos traficantes, no centro histórico de Recife.

GLOBETROTTER - Desnecessário dizer que tal cenário exibido pelo Jornal Nacional não se tratava de algo episódico, de mais 'um caso isolado', como adoram dizer os gestores públicos quando são confrontados de calças curtas diante das mazelas sob suas pastas. O fato, registrado com câmera oculta pela equipe do telejornal, é algo que se repete desde tempos imemoriais naquele local sem que o Estado tomasse uma atitude pelo fato de as coisas serem daquele ou de outro modo. No dia seguinte à exibição da reportagem-denúncia, a própria emissora já estava no local para acompanhar as medidas tomadas pelo Estado: o policiamento havia sido amplamente reforçado no centro histórico, batidas foram feitas, alguns suspeitos foram presos e o movimento criminoso, miraculosamente, havia desaparecido.

A primeira pergunta que deveria ser dirigida, não ao Governo de Pernambuco, à Polícia de Recife, mas a toda e qualquer instituição pública em contexto semelhante é: as medidas foram adotadas porque uma determinada prática criminosa fora realizada em um determinado espaço ou o governo agiu porque o Estado hoje parece agir não para atender às necessidades dos cidadãos, mas para dar uma resposta e uma satisfação para que um determinado meio de comunicação filme, narre, relate? Ou alguma autoridade quer fazer a opinião pública crer que a Polícia de Recife, por exemplo, nunca tomou conhecimento de que o cenário nas noites de determinados pontos do centro histórico da cidade era aquele há anos? No entanto, a presença policial estava ali para dar uma satisfação e uma matéria ao Jornal Nacional e aos seus telespectadores. O fluxo das ações públicas parece invertido: é o Estado que segue a televisão, indo atrás dela para se justificar quanto às suas incompetências e omissões. Só reage quando um flash estoura na cara.

Como a Rede Globo é líder de audiência em seus telejornais, torna-se, automaticamente, uma grande acionadora dos poderes públicos. De modo geral, é como se os governantes vivessem dormindo em berços esplêndidos e só se dessem ao trabalho de sair dos seus cochilos modorrentos quando a imprensa lhe gritasse na cara, estampando um retrato social feio. Esses retratos podem existir à vontade, desde que não sejam exibidos jornalisticamente, pois só quando isso acontece é que os fatos parecem ganhar vida para gestores públicos. Um exemplo concretíssimo disso é o projeto Jornal Nacional no ar, o avião do jornalismo da Globo que cruza o país, um globetrotter nacional da notícia in loco.

RICARDO TEIXEIRA - Como na edição do dia os apresentadores anunciam onde o avião estará no dia seguinte e fazendo o quê, prefeitos, governadores, secretários, delegados e tudo o quanto é gato pingado têm se virado nos 30 para maquiar realidades em menos de 24 horas para tentar ficar bem na fita na edição do telejornal no dia seguinte. Não, não é apenas Ricardo Teixeira que compartilha a tese dos governos militares de que um fato 'se não saiu no Jornal Nacional, não aconteceu'.

Um exemplo recente de que o Estado vive a reboque das denúncias feitas na televisão foi o episódio denunciado nos telejornais em que uma mãe em trabalho de parto foi recusada por mais de uma vez em várias maternidades de Belém, resultando na morte dos dois bebês. No dia seguinte o avião do Jornal Nacional estava 'na maternidade' e o que não faltavam eram autoridades cheias de boa vontade prometendo a Deus e à Globo abrir inquéritos, fazer auditorias, demitir e punir culpados. Alguém acredita que alguma medida punitiva seria adotada se o fato não tivesse sido denunciado na imprensa por várias emissoras de TV e por vários jornais? Ou que o tratamento dado à mãe de Belém é muito diferente do recebido diariamente por milhares de mulheres no resto do país?

MALU FONTES é jornalista, doutora em Comunicação e Cultura e professora da Facom-UFBA. Texto publicado originalmente em 11 de setembro de 2011, no jornal A Tarde, Salvador/BA. maluzes@gmail.com

A tecnologia dez anos depois (ALEXANDRE HOHAGEN)

NUMA MANHÃ ensolarada, há exatos dez anos, me preparava para tomar o café da manhã quando recebi o telefonema de um amigo. Com a voz trêmula, pede que eu ligue a televisão para acompanhar a violência que estava acontecendo. Liguei, assisti alguns minutos da cobertura jornalística, desliguei e terminei de me arrumar como outro dia normal.

Setembro é o último mês do terceiro trimestre. Naquela mesma manhã, tinha com minha equipe uma reunião semanal para falar dos resultados. Seria uma reunião de motivação. O time deveria dedicar o máximo de energia nos últimos dias para que os resultados fossem ainda melhores. A reunião começa e percebo que algumas pessoas do time não estão presentes. Alguém me diz que saíram cedo para acompanhar pela televisão os últimos acontecimentos. O país começa a parar. Emoção e choro tomam conta do escritório. E só aí me dou conta do impacto emocional que um ato de violência pode ter em quem não está acostumado com ela.

O episódio acima me marcará para sempre. Aconteceu na manhã quente de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, onde morei por mais de um ano. Na época, liderava as operações de vendas globais de uma empresa de internet. Passados esses dez anos, muita coisa mudou. Não só a sociedade americana mudou como o mundo em que vivemos sofreu uma transformação enorme. Há dez anos, a dinâmica de algumas indústrias era absolutamente diferente. Pense na mais óbvia: a indústria do turismo. Completamente diferente hoje. Viajar de avião passou a ser um teste de paciência. Filas intermináveis, regras rígidas, sem contar na nova indústria de produtos de higiene minúsculos.

Outro setor muito afetado foi o de energia. Como foco de ataques terroristas, o setor teve de investir pesadamente em segurança. Consequentemente, os preços subiram. Nada, porém, se iguala às mudanças ocorridas nesta década no setor de tecnologia e de informação. Dez anos foram capazes de transformar a maneira como nos comunicamos e consumimos informação. Hoje é muito raro os momentos em que nos atualizamos através do telefonema de um amigo. Basta pensar em como você ficou sabendo do terremoto no Japão ou da chegada dos rebeldes a Trípoli, capital da Líbia, para citar dois acontecimentos importantes e recentes.

Diferentemente da maneira como consumíamos informação há anos, sempre buscando a fonte de leitura que mais confiamos, hoje a tecnologia permite que as notícias encontrem seus leitores. Essas tecnologias permitem que qualquer leitor defina os temas mais importantes e relevantes. Sempre atualizados. A tecnologia RSS, por exemplo, já é empregada por quase todas as empresas de mídia. Com ela, o leitor pode definir que notícias quer receber e agregar todas em uma só tela.

As redes sociais têm também papel importante. Ao escolher seguir jornais, revistas ou outros meios de comunicação pelo Facebook ou pelo Twitter, o leitor não somente recebe atualizações constantes e relevantes como pode facilmente compartilhar uma notícia com milhares de pessoas, em poucos segundos. Esta coluna tem agora uma extensão no Facebook, onde os leitores podem receber atualizações, acompanhar, discutir e sugerir temas. Em dez anos, a maneira de acessar informação também mudou radicalmente. Com melhor capacidade de conexão e aparelhos cada vez menores e mais potentes, acompanhar um acontecimento ao vivo e se atualizar em tempo real passou a ser tarefa simples. É a era das três telas. Estaremos sempre conectados aos nossos telefones inteligentes, computadores e, de maneira menos intensa, às televisões.

Dez anos depois, estamos mais vigilantes. E mais preparados para nos comunicar de maneira eficiente e muito mais rápida. É impossível saber o que vem pela frente. A tecnologia é sempre imprevisível e disruptiva. É certo que também nos ajudará a evitar insanidades como as acontecidas há dez anos.

ALEXANDRE HOHAGEN, 43, jornalista e publicitário, é responsável pelas operações do Facebook na América Latina. Em 2005, fundou a operação do Google no Brasil e liderou a empresa por quase seis anos. Escreve às quintas-feiras, a cada quatro semanas, nesta coluna. **Folha de São Paulo, setembro de 2011.**

Beijar pode, sim, transmitir doenças (JAIRO BOUER)

BEIJAR PODE transmitir doenças? Essa é uma dúvida comum entre adolescentes e, é claro, precisa de esclarecimentos. Embora o beijo não cause a mais temida das doenças infecciosas (a Aids), ele pode transmitir outros agentes causadores de problemas para saúde.

Além do vírus do herpes labial, que pode ser transmitido pelo beijo (quando uma pessoa está com lesões na boca e a outra nunca teve contato com o vírus), existe também uma outra doença, menos conhecida pelos jovens, que é chamada de "doença do beijo" ou mononucleose infecciosa.

Ela é provocada pelo vírus Epstein-Barr (EBV) e causa sintomas semelhantes aos de uma gripe forte, com dores de garganta, de cabeça e musculares, febre alta e aumento dos gânglios, entre outros. Esses sintomas podem ser intensos, deixando a pessoa bem cansada, e duram várias semanas. O período de incubação é de duas a quatro semanas após o contato.

O fígado e o baço também podem aumentar de tamanho de forma transitória, e a prática de atividades físicas mais intensas está proibida durante a fase mais aguda da doença (até por risco de ruptura do baço). O vírus precisa da saliva para ser transmitido (por isso é mais comum que seja passado durante o beijo e, principalmente, entre adolescentes, que costumam variar mais seus parceiros e parceiras de "ficadas").

A maioria dos adultos já entrou em contato com o vírus ao longo da vida, mas muitos nem apresentam sintomas da doença. O diagnóstico final é feito com exame de sangue, e o tratamento é baseado em repouso e remédios que aliviam febre e dor. Ainda não existe vacina para prevenir a mononucleose.

A infecção pelo EBV é considerada também um fator de risco para o desenvolvimento, no futuro, de alguns tipos de linfomas (tumores que acometem os gânglios e o sistema de defesa do nosso corpo). Mas, como a maioria da população já entrou em contato com o vírus, não se sabe exatamente como essa ligação se estabelece.

jbouer@uol.com.br - Folha de São Paulo, setembro de 2011.

Bônus para professores (FERNANDO VELOSO)

A NOTÍCIA de que a cidade de Nova York decidiu suspender seu programa de bônus para professores teve grande repercussão no Brasil. Vários Estados e municípios implantaram, nos últimos anos, premiações para professores em função do desempenho dos alunos. Por isso, é importante entender as lições da experiência nova-iorquina.

O programa de bônus de Nova York foi uma iniciativa implantada em 2007 e de forma conjunta pela Secretaria municipal de Educação e o sindicato de professores. Seu formato foi de um projeto piloto, com duração prevista de três anos. Foram identificadas 427 escolas públicas, das quais cerca de metade foi escolhida de forma aleatória para participar do programa (grupo de tratamento) e as demais não foram selecionadas, formando o grupo de controle.

Nas escolas participantes, professores e demais funcionários recebiam bônus caso fossem atingidas metas de desempenho, que dependiam principalmente das notas dos alunos em exames padronizados. Desde o início, a decisão de aumentar a escala do programa estava condicionada aos resultados de sua avaliação, divulgados recentemente por pesquisadores da Rand Corporation e da Universidade de Vanderbilt (EUA).

Não foram comprovados efeitos positivos nas notas dos alunos ou nas metas de desempenho das escolas. Também não foram constatadas diferenças nas práticas e nas atitudes dos professores entre as escolas dos grupos de tratamento e controle. O que pode explicar tais resultados? Entrevistas realizadas com os professores fornecem informações relevantes para compreender melhor o que aconteceu.

Mais de um terço dos professores disse que não entendeu elementos fundamentais do programa, como as metas a serem cumpridas e os critérios de concessão do bônus. As entrevistas também mostram que, embora tenham considerado válida a iniciativa de premiação, metade dos professores considerou o valor do bônus muito baixo.

Além disso, mais de 75% dos professores declararam que o sistema de responsabilização educacional de Nova York, que prevê o fechamento de escolas em função de baixo desempenho, fornece motivação igual ou superior ao bônus. Portanto, o insucesso do programa de bônus da cidade americana pode estar associado a uma implantação inadequada de alguns elementos-chave, como transparência e valor da bonificação.

Outra lição é que o efeito de programas de premiação de professores depende dos incentivos já existentes. De fato, seus resultados têm sido melhores em países em desenvolvimento, nos quais o nível de responsabilização em geral é baixo. Finalmente, a experiência de Nova York mostra que é preciso avaliar iniciativas inovadoras antes de replicá-las em larga escala.

FERNANDO VELOSO, 44, é pesquisador do IBRE/FGV. **fernando.veloso@fgv.br**. Folha de São Paulo, setembro de 2011.

Missa cantada (MARCELO COELHO)

UM IGREJA pode ser diferente da outra, mas os bancos são sempre iguais. Têm aquele apoiozinho na frente para que os fiéis se ajoelhem. Até aí, tudo certo. Mas nem sempre é assim. Na missa, diante do altar, a pessoa pode ficar em pé, atenta àquilo que está acontecendo, e não de joelhos, numa oração interior.

Esta posição, de joelhos, na verdade, é adequada diante do sacrário: o armariozinho onde ficam guardadas as hóstias. E o ideal, para prosseguir no assunto, é que o sacrário não fique atrás do altar. Um amigo católico ia me explicando essa e outras sutilezas. Estávamos, no último domingo, na capela do Pátio do Colégio. É uma construção arejada e branca, que reproduz, em linguagem moderna, as proporções do antigo edifício jesuíta.

Lá, o sacrário fica do lado esquerdo - e nos bancos não existe o tal do genuflexório. A pia batismal, toda de pedra, prevê que a criança seja mergulhada de corpo inteiro na água benta. A convite do amigo, fui ao Pátio do Colégio assistir à missa das 10h. Uma das "melhores missas" de São Paulo, segundo quem entende da coisa. É cantada, com órgão e coral. A entrada do padre e de seus ajudantes (uns dez, se contei bem) se faz com incenso e pompa. À frente, um senhor magro, longas roupas, ostentava a cruz; outro veio e trazia, braços ao alto, uma Bíblia encadernada em metal e pedrarias. Será o padre, pensei. Não era: esse veio depois, numa batina verde e amarela, um bocado vistosa para sua aparência, terrível à primeira vista.

Quando digo missa cantada, não é somente porque o coro já começa a cerimônia com seus "Kyries" e "Glórias", que, aliás, não se estendem além da conta. O próprio padre passa a maior parte do tempo vocalizando aquela reza meio cantada que ainda associamos à religião tradicional. Até mesmo o trecho do Evangelho daquele dia é "entoado" como uma oração. Outro detalhe: o padre, para ler o Evangelho, vai até uma pequena sacada (será o famoso púlpito?) e lê o texto lá de cima. A razão, explica o amigo, é que nas igrejas, até a Idade Média, o lugar da leitura ficava sempre no meio do fiéis, para mostrar que Deus estava entre eles. Careca, meio baixo, uma barba preta de poucos amigos, o padre pareceu, aos meus olhos ímpios, quase um sócio do Zé do Caixão. Feita a leitura cantada, ele voltou para o altar e começou a falar de improviso.

Foi um espetáculo. Hoje em dia, nem mesmo os políticos mais astutos dominam a arte da oratória. Sem abandonar certa dicção eclesial, o padre Carlos Alberto Contieri ia do grave ao agudo, acumulava nuvens escuras e deixava em seguida passar um raio de luz. Por vezes, um laivó de ironia: uma pergunta que ele largava no ar e depois colhia no exato instante em que ameaçava rolar pelo chão. Havia, pensei, algo de assustador em tanto poder retórico - na segurança com que o padre dominava seu instrumento, como o órgão da igreja. O órgão, aliás, acaba de ser reformado e conta agora com cerca de mil tubos. "O que são mil tubos", perguntou o padre, num meandro de humildade, "perto da grandiosidade de tantos outros órgãos maiores?". Parou um pouco. "Mas o nosso órgão, pelo menos, toca."

Sim, pensei. E como toca! O incenso, a música, a barba preta, um trecho do profeta Ezequiel, o trecho correspondente de São Mateus falando de ímpios e pecadores... Onde eu estava? Num reduto ultraconservador? Mas a retórica do padre não servia a fins sinistros. Transmitia com clareza uma ideia nova para mim. A homilia era sobre o perdão. Sabemos, é claro, que devemos perdoar a quem nos ofendeu etc. etc. Coisa que não faço, aliás. Mesmo se fizesse, disse o padre, não seria tão simples assim. Não se trata apenas de aceitar as desculpas que nos pedem. "Ah, está desculpado, passe bem." É mais difícil. Trata-se de oferecer o perdão - a iniciativa deve vir do ofendido, não do ofensor. Outra coisa, diz o padre, não faz Deus aos pecadores.

Tantas vezes revoltado com o que vejo de absurdos na doutrina católica, olhei mansamente para as costas do meu amigo religioso, sentado mais à frente. "Ego te absolvo", bom amigo. Depois de uma missa tão bonita e inteligente, vocês estão desculpados. Até a próxima.

coelhosp@uol.com.br - Folha de São Paulo, setembro de 2011.

As parcerias de que precisamos (BARACK OBAMA)

NESTE ANIVERSÁRIO de dez anos dos atentados terroristas de 2001, lembramos que o 11 de Setembro não foi só um ataque contra os Estados Unidos, mas um ataque contra o mundo, a humanidade e as expectativas que compartilhamos. Lembramos que, entre as quase 3.000 pessoas inocentes que morreram naquele dia, estavam cidadãos de mais de 90 países. Eram homens e mulheres de todas as idades, de muitas raças e religiões. Nesta data solene, nos juntamos às suas famílias e a seus países para prestar homenagens.

Lembramos com gratidão que, há dez anos, o mundo se uniu como um só. Pelo globo afora, cidades inteiras pararam para observar momentos de silêncio. Pessoas ofereceram orações em igrejas, mesquitas, sinagogas e outros locais de culto. E nós, americanos, nunca esqueceremos como pessoas em todos os cantos do mundo foram solidárias conosco, fazendo vigílias, acendendo velas e depositando flores em nossas embaixadas.

Lembramos que, nas semanas seguintes ao 11/9, agimos como uma comunidade internacional. Como parte de uma ampla coalizão, tiramos a Al Qaeda de seus campos de treinamento no Afeganistão, desestabilizamos o Taleban e

demos ao povo afegão uma chance de viver livre do terror. Entretanto, os anos que se seguiram foram difíceis, e o espírito de parceria global que sentimos depois do 11 de Setembro arrefeceu.

Como presidente, tenho trabalhado para renovar a cooperação global de que precisamos para lidar com toda a gama de desafios globais que enfrentamos. Por meio de uma nova era de engajamento, promovemos parcerias com países e com pessoas baseadas em interesse e respeito mútuos.

Como uma comunidade internacional, temos mostrado que terroristas não estão à altura da força e da resiliência de nossos cidadãos. Deixei claro que os Estados Unidos não estão e nunca estarão em guerra contra o islã. Pelo contrário, estamos unidos com aliados e parceiros contra a Al Qaeda, que atacou dezenas de países e matou milhares de homens, mulheres e crianças inocentes -em sua maioria, muçulmanos. Nesta semana, lembramos de todas as vítimas da Al Qaeda e da coragem e resiliência com as quais suas famílias e compatriotas perseveraram, do Oriente Médio à Europa, da África à Ásia.

Trabalhando juntos, desmantelamos os planos da Al Qaeda, eliminamos Osama bin Laden e grande parte de sua liderança, e colocamos a Al Qaeda no caminho de sua derrota. Enquanto isso, pessoas no Oriente Médio e no norte da África estão mostrando que o caminho mais certo para a justiça e a dignidade é a força moral da não violência, e não o terrorismo negligente e a violência. Está claro que extremistas violentos estão sendo deixados para trás e que o futuro pertence àqueles que querem construir, não destruir.

Países e pessoas que buscam um futuro de paz e prosperidade têm um parceiro nos Estados Unidos. Porque mesmo enfrentando desafios econômicos em casa, os EUA continuarão a ter um papel de liderança ímpar no mundo. À medida que retiramos o resto de nossas tropas do Iraque e transferimos responsabilidade ao Afeganistão, apoiaremos iraquianos e afegãos em seus esforços para dar segurança e oportunidades a seus povos.

No mundo árabe e além dele, defenderemos dignidade e direitos universais para todos os seres humanos.

Em todo o mundo, continuaremos a trabalhar pela paz, pela promoção do desenvolvimento que tire pessoas da pobreza e por segurança alimentar, saúde e boa governança, de modo a incentivar o potencial de cidadãos e sociedades. Ao mesmo tempo, nos comprometemos novamente a viver de acordo com nossos valores em casa. Como um país de imigrantes, os Estados Unidos dão as boas-vindas a pessoas de todos os países e culturas.

Esses novos americanos - como todas as vítimas inocentes que perdemos há dez anos- nos lembram que, apesar das diferenças de raça ou etnia, história ou crença, estamos todos ligados pela esperança comum de que podemos fazer do mundo um lugar melhor para esta e para as próximas gerações. Esse precisa ser o legado daqueles que perdemos.

Aqueles que nos atacaram no 11/9 queriam criar uma separação entre os EUA e o mundo. Eles fracassaram. Nos dez anos dos atentados, nos juntamos a amigos e parceiros para lembrar de todos os que perdemos nessa luta. Em memória de cada um deles, reafirmamos o espírito de parceria e respeito mútuo de que precisamos para construir um mundo no qual todas as pessoas vivam com dignidade, liberdade e paz.

BARACK OBAMA é presidente dos Estados Unidos. **Folha de São Paulo, setembro de 2011.**

O fim da poliomielite (DRÁUZIO VARELA)

UMA CRIANÇA DE MINAS apresentou paralisia nas pernas depois de tomar a vacina contra a poliomielite, noticiou a **Folha**. Segundo o Ministério da Saúde, fica difícil confirmar o diagnóstico porque o período transcorrido desde a imunização é longo demais. De qualquer forma, de cada 3,2 milhões de crianças que recebem a gotinha da vacina Sabin, uma pode apresentar essa complicação. Tal número, aceitável do ponto de vista estatístico, significa uma tragédia para a família da criança atingida. O caso ilustra a complexidade das intervenções em saúde pública.

Existem duas vacinas contra a pólio: a Salk, que emprega vírus mortos administrados por via injetável; e a Sabin, preparada com vírus vivos atenuados, passíveis de administração oral. Por conter apenas vírus mortos, a Salk não pode provocar paralisias. Introduzida em 1962, a vacina Sabin mostrou-se mais eficaz para a vacinação em massa, pela comodidade da via oral e pelo fato de o vírus atenuado nela contido ser excretado nas fezes, podendo conferir imunidade aos não vacinados que entrarem em contato com ele nas regiões sem saneamento.

Em 1988, ano em que ocorreram 350 mil casos da doença no mundo, a Organização Mundial da Saúde (OMS) tomou a decisão de erradicar esse flagelo de uma vez por todas. A pretensão era ousada, mas razoável: se em 1977 tínhamos acabado com a varíola, por que não conseguiríamos o mesmo com uma doença para a qual existe vacina e que é transmitida de uma pessoa para outra sem a intermediação de hospedeiros, que tantas vezes funcionam como reservatórios naturais impossíveis de eliminar?

O tempo mostrou que acabar com a varíola foi mais fácil. Primeiro, porque seus portadores são facilmente identificáveis a partir das lesões na pele, enquanto a maioria das infecções pelo vírus da pólio são inaparentes. Apenas 1 em cada 100 a 200 infectados desenvolve a forma paralítica da doença, mas todos eliminam o vírus nas fezes. Segundo, porque enquanto uma única dose da vacina antivariólica confere imunidade em 95% a 98% das vacinações,

a da paralisia infantil exige três, quatro e às vezes seis doses de reforço. Apesar dessas dificuldades, o número de casos e o de países que os relataram caiu rapidamente.

No Brasil, o último diagnóstico foi feito em 1990. A OMS declarou a doença definitivamente erradicada das Américas em 1994, e da Europa em 1999. Os vírus da poliomielite não são todos iguais, eles pertencem a três sorotipos: 1, 2 e 3. O último caso provocado pelo sorotipo 2 foi detectado em 1999, enquanto aqueles atribuídos aos sorotipos 1 e 3 diminuíram 99% entre 1988 e 2005.

No final de 2009 foi obtida uma nova vacina oral bivalente contra esses sorotipos 1 e 3. Sua administração para crianças negligenciadas nas campanhas anteriores provocou queda de 95% das ocorrências nos dois maiores reservatórios naturais: norte da Índia e norte da Nigéria.

O declínio da transmissão na Índia e na Nigéria é crucial para o combate, porque vírus procedentes dessas áreas têm causado surtos em outros países anteriormente livres.

Além de Índia e Nigéria, o vírus ainda sobrevive em outros dois reservatórios naturais: Paquistão e parte do Afeganistão. Nos outros oito países que ainda registram casos, ele foi reintroduzido após extinto. Três deles (Angola, Chad e Congo) se tornaram reservatórios secundários, condição que a OMS considera caracterizada quando o vírus importado continua a circular no novo habitat por mais de 12 meses.

Os desafios logísticos para imunizar em massa mais de 90% das crianças que vivem nesses reservatórios secundários são semelhantes aos enfrentados para erradicar a doença em áreas endêmicas nas quais miséria, insegurança e guerras dificultam as operações.

Embora não seja fácil eliminar o vírus que ainda resiste em seus reservatórios naturais ou secundários, a OMS defende que a poliomielite está perto do final e os especialistas já discutem como prevenir surtos na era pós-erradicação. Nessa fase deveríamos adotar a vacina Salk, injetável, para evitar as raras complicações da Sabin? Seria melhor interromper os esquemas de vacinação ou mais prudente mantê-los, apesar dos custos e riscos?

Folha de São Paulo, setembro de 2011.

O estrangeiro - Em A Máscara da África, o Nobel de Literatura V. S. Naipaul mistura reportagem e antropologia para produzir uma sensação de estranhamento (RONALDO VAINFAS)



Vive-se hoje, no Brasil, um tempo de busca das africanidades. As editoras brasileiras têm lançado livros sobre a história e a literatura africanas. As universidades públicas incluíram disciplinas obrigatórias sobre a história da África. O MEC exige, em seus editais, que os livros didáticos incluam capítulos exclusivos de história do continente, quer no ensino fundamental, quer no ensino médio.

Enfim, a controvertida política de cotas e o não menos polêmico apoio governamental às comunidades remanescentes dos quilombos não deixam dúvidas de que a África e as africanidades estão na ordem do dia.

Mas de que África se trata? Para os apoiantes dos atuais "quilombolas" ou das políticas afirmativas do Estado brasileiro em relação aos afrodescendentes, a África em causa é a "África negra", o continente flagelado pelo Ocidente através do multissecular tráfico atlântico, da escravidão e do colonialismo imperialista. No entanto, o paradoxo da questão reside em que, quanto mais se conhece a história da África, mais se torna evidente que a "Mãe África" é um mito. Há várias Áfricas, diversas africanidades, tão disparatadas entre si como seriam, por exemplo, as culturas ibérica e escandinava, na Europa.

Ódios tribais

Para os conhecedores da obra do historiador Alberto da Costa e Silva – *A Enxada e a Lança* ou *A Manilha e o Libambo*, entre outros –, o livro de V. S. Naipaul, *A Máscara da África*, não haverá de causar espanto, quando mostra

países totalmente distintos e, mais que isso, países com sociedades que se estranham mutuamente, no mesmo território, quando não se odeiam, movidas pela lembrança de ódios tribais.

O famoso genocídio dos tutsis pelos hutus em Ruanda (1994), tema de vários filmes, dá prova significativa de como a ideia de uma "África negra" é uma construção ocidental, ininteligível para a maioria dos povos africanos. O conceito de "negritude" formulado pelos intelectuais negros nos anos 1960, a exemplo do martiniquenho Aimé Césaire e do senegalês Léopold Senghor, cumpriu importante papel no processo de descolonização (sem contar o caso à parte da África do Sul), mas não foi muito além disso.

V. S. Naipaul é escritor renomado. Natural de Trinidad, é britânico pela formação intelectual e indiano por origem. Autor de vasta obra de ficção e não ficção, ganhou o Prêmio Nobel de Literatura em 2001. *A Máscara da África* é um livro que reúne impressões de viagens realizadas pelo autor a diversos países do continente. Uma tentativa de misturar reportagem com história e uma pitada de antropologia. O leitor familiariza-se, através de páginas impecavelmente escritas, com alguns meandros socioculturais de Uganda, Gana, Nigéria, Costa do Marfim e África do Sul.

Naipaul parte, em cada caso, de situações prosaicas: as histórias sobre a "Vista de Kasubi" que abrigava (e a Unesco reconheceu) a sepultura de dois soberanos da velha Uganda, a de cultura *buganda*; os ritos e "oráculos" de um babalô de Lagos, que jogava búzios, mas interrompia a cerimônia para atender o celular; uma preocupante visita do autor à terra dos *gas*, em Gana, afamada por apegar-se ferrenhamente às suas tradições ancestrais.

Naipaul parte dessas histórias para falar da história de cada país visitado e descrever os ritos e crenças que vivenciou como estrangeiro. Não por acaso, o livro traz por subtítulo "vislumbres das crenças africanas". Vislumbres – nada mais que isso.

O bom do livro, além da leitura saborosa, é o passeio que o autor proporciona ao leitor ao conduzi-lo às encruzilhadas culturais de vários países africanos. O leitor sairá convencido de que a ideia da "mãe África" não faz qualquer sentido. Mas há algo que incomoda: o tremendo estranhamento que o autor revela, aqui, ali, alhures e algures, com os costumes que descreve. É perfeitamente possível que o leitor de *Máscara da África* experimente algum sentimento de rejeição e celebre, consigo mesmo, o fato de nunca ter estado em algum daqueles lugares.

Isso porque Naipaul não se esforça minimamente em explicar os costumes que descreve, por tê-los visto, ou as lendas que expõe, por tê-las ouvido. Naipaul somente narra e descreve. E longe está de fazer qualquer espécie de "descrição densa", à moda de Clifford Geertz. Trata-se de mera descrição, com muito embalo e graça narrativa, sem excluir, porém, juízos de valor.

Antiorientalismo

Digo "sem excluir juízos de valor" porque, no mais das vezes, os tais juízos entranham-se na narrativa, na maneira de descrever isto ou aquilo – sem chegar a externar o estranhamento de um autor estrangeiro diante dos babalôs de Lagos ou das lendas bugandas. Condenação explícita somente se pode perceber na rejeição dos fundamentalismos islâmicos que também viscejam em partes da África.

É possível compreender, assim, as críticas que alguns intelectuais de esquerda moveram contra Naipaul, considerando-o um divulgador de estereótipos acerca dos costumes africanos e um propagandista da cultura ocidental em contexto neocolonial. É o caso do palestino Edward Said, escritor palestino celebrizado pelo livro *Orientalismo* (1978). Mas Said também exagera, por razões ideológicas, sua crítica a Naipaul, sobretudo pela fama que o escritor granjeou no mundo intelectual. O próprio Naipaul sempre disse, por sua vez, que nunca deu a menor bola para a política.

No frígido dos ovos, o autor de *A Máscara da África*, como "historiador", dá conta do recado para o leitor menos exigente; como "antropólogo", é sofrível, embora ofereça relatos fascinantes sobre as várias Áfricas; como escritor, enfim, é magnífico. Esse é, afinal, o ofício de Naipaul.

A Máscara da África
V. S. Naipaul
Trad.: Marcos Bagno

Companhia das Letras
288 págs
R\$ 49,50

RONALDO VAINFAS é professor titular de história moderna na Universidade Federal Fluminense. **Revista CULT, setembro de 2011.**

As licitações para a Copa do Mundo e as Olimpíadas (RUBENS NAVES, GUILHERME AMORIM C. SILVA)

Diante da proximidade da Copa do Mundo e da Olimpíada, o que se busca com um Regime Diferenciado de Contratações? Objetiva facilitar contratações e o desenvolvimento das obras, para cumprir os cronogramas. Todavia, a edição do RDC por meio de medida Provisória impede que se crie uma visão estratégica, de longo prazo.



A Presidência da República editou a Medida Provisória 527-B, transformada em Projeto de Lei de Conversão n. 17 de 2011, cujo texto recentemente aprovado foi enviado à sanção presidencial no dia 18 de julho. A nova legislação institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), altera várias leis sobre contratações de obras públicas e, de carona, cria ministério, cargos de confiança, autoriza contratações temporárias e revoga inúmeras disposições legais.

A iniciativa tem por objetivo evitar o risco, cada vez mais concreto, de o Brasil viver um grande vexame por ocasião da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, grandes eventos internacionais que a sociedade brasileira tanto lutou para sediar.

Desde o primeiro instante, a edição da medida provisória levantou polêmicas na sociedade brasileira, especialmente com relação ao denominado "sigilo" de informações centrais na contratação de obras e serviços. Contudo, o foco apenas nesta questão deixa fora das luzes outras tantas indagações pertinentes a uma reflexão sobre os avanços do Estado brasileiro, sua relação com a sociedade civil organizada e com o empresariado e a atuação dos órgãos de controle e da imprensa.

A questão [da ausência] de planejamento

O Estado brasileiro tem o dever de planejar sua atividade, inclusive de intervenção na ordem econômica, com vistas ao desenvolvimento nacional harmônico e equilibrado. A edição da medida provisória indica o descumprimento desse dever e aponta para a perda da capacidade do Estado de planejar sua atividade para o curto, médio e longo espaço de tempo. Pior do que isso, evidencia a inaptidão para eleger prioridades, organizar políticas públicas e suas respectivas execuções orçamentárias de forma a cumprir o desiderato republicano da transparência e do controle social.

A iniciativa busca recuperar o "tempo perdido" e, mais do que isso, escamotear essa incapacidade estatal de planejar o desenvolvimento nacional. Para tanto, ataca determinadas regras presentes na contratação de obras e serviços, especialmente na Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 8.666/93), cuja rígida interpretação privilegia aspectos formais em detrimento da finalidade da licitação, induzindo a percepção de que sua utilização, agora, pelo poder público, certamente impediria a realização de todas as obras de infraestrutura em tempo hábil à realização dos eventos esportivos mencionados.

O problema central, contudo, consiste na concepção burocrática do modelo de Estado adotado pela Constituição da República de 1988, sendo injusto atribuir à Lei de Licitações a culpa por esse estado de coisas. Ocorre que, sob essa escusa, estão sendo adotados mecanismos que, como veremos, podem se mostrar, a longo prazo, perniciosos às melhores práticas administrativas.

Movimentos pendulares

As dificuldades em torno da aplicação de leis que disciplinem a execução orçamentária pública, o planejamento de sua atividade, a transparência na sua realização e o controle social e pelo Poder Judiciário vêm de longa data na história republicana. Em 1922, tivemos a publicação do Decreto n. 4.536/22, que estabeleceu o Código de Contabilidade Pública da União, adotando critérios que levavam em consideração a arrecadação tributária como pressuposto para o gasto público.

Quatro décadas mais tarde, a Lei 4320/64 foi aprovada pelo Congresso Nacional, estabelecendo normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle do orçamento e balanço da União, estados, municípios e Distrito Federal. Essa lei foi considerada avançada para sua época, justamente porque adotava novos paradigmas para a gestão orçamentária, abrangendo planejamento, execução e controle.

Finalmente, esse sistema de responsabilidade é aperfeiçoado com a entrada em vigor da Lei Complementar 101, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, que manteve as estruturas básicas da legislação anterior, mas avançou em termos de fixar limites para o gasto público com relação a despesas com pessoal, taxa de investimento e obrigações decorrentes da Constituição Federal.

Como parte integrante desses avanços é preciso destacar as normas de contratação com o poder público para realização de obras e serviços. Após o Código de Contabilidade Pública da década de 1920 e o Decreto Lei n. 200 da década de 1960, o Decreto Lei. n. 2300/86 e a Lei 8666/93 buscaram disciplinar procedimentos impessoais objetivos que levassem a contratações eficientes e econômicas para a realização do interesse público nacional. Em todo esse período, o que verificamos historicamente é um movimento pendular jurídico institucional: quando há uma concentração maior de poderes na República, a questão da contratação se torna mais flexível; quando há um processo de abertura democrática e uma maior demanda por controle, os processos e procedimentos se tornam mais rígidos.

Esses movimentos pendulares podem ser identificados em inúmeras tentativas de aprimorar procedimentos priorizando resultados. Veja-se, por exemplo, a criação das autarquias, na década de 1960 ou das fundações públicas, na década de 1980. Os instrumentos normativos permitiam que essas instituições fizessem contratações mais céleres, com ênfase em resultados. Na prática, porém, a interpretação e aplicação dessas normas por parte dos órgãos encarregados de supervisioná-las caracterizou-se por uma maior ênfase nos aspectos formais em detrimento de uma análise de resultados.

Outro exemplo são as criações das sociedades de economia mista, para as quais a própria Constituição da República¹ prevê a criação de regulamentos de compras e contratações *próprios* (e, portanto, diversos da Lei 8.666/93), observando-se os princípios gerais do processo licitatório. Novamente, a prática, inclusive dos órgãos de controle, acabou por desprezar esses instrumentos e nivelar toda a parametrização das contratações de obras, serviços e materiais às determinações da Lei Geral de Licitações.

Mais recentemente, o mesmo verifica-se com as denominadas Organizações Sociais (OS) que, autorizadas legalmente a celebrar contratos de gestão com o poder público e a adotar regulamentos próprios para execução orçamentária e para compras e contratações, veem-se, igualmente, sujeitas a um controle externo que as submete à Lei 8666/93.

Modelos de Estado

O Brasil tem uma tradição jurídica de modelo de Estado burocrático, apontado por Max Weber como aquele em que a evolução do direito formal é um aspecto essencial que leva à burocratização do Estado. Como consequência, a lógica do modelo impõe um controle feito por procedimentos burocráticos e não pelos resultados. Desde a redemocratização do país, contudo, busca-se enfrentar essa questão a partir da proposta de uma reforma do Estado em nível político e jurídico.

No governo de Fernando Henrique Cardoso, ocorre a reforma gerencial do Estado, com a inserção da Emenda 19/98 na Constituição Federal e a inscrição do princípio da eficiência como basilar do Estado democrático de direito. O professor André Ramos Tavares, em parecer juntado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e Academia Brasileira de Ciência na ADI 1923, caracteriza muito bem esse momento como uma tensão permanente entre o modelo de Estado burocrático weberiano e o modelo de Estado denominado gerencial, que busca maior agilidade e ser mais efetivo, assertivo, flexível.

Hoje, o Estado brasileiro vê-se obrigado a buscar o desenvolvimento nacional, a realização dos objetivos fundamentais da República e, especialmente, a plena efetividade dos direitos sociais, políticos, culturais, econômicos. Mas, enrijecido, esse mesmo Estado enfrenta muitos obstáculos para atuar em parcerias com a iniciativa privada, fomentar o desenvolvimento e intervir na economia de maneira mais eficiente.

O Regime Diferenciado

Diante da proximidade da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos, o que se busca com a previsão de um Regime Diferenciado de Contratações Públicas? O regime objetiva facilitar as contratações e o desenvolvimento das obras, para cumprir os cronogramas assumidos internacionalmente. Todavia, a edição do RDC por meio de medida provisória, atropelando o Congresso Nacional, impede que se crie uma visão estratégica, de longo prazo, que permita rever o modelo de contratações numa perspectiva para conciliar melhor o Estado gerencial com o Estado burocrático.

Aliás, um Grupo de Trabalho instalado junto ao Ministério do Planejamento, integrado por uma Comissão de Juristas da qual participaram, dentre outros, Azevedo Marques, Carlos Ari Sundfeld e Paulo Modesto, recomendou a consolidação de leis buscando deixar muito claro o que é atividade sujeita a licitação e o que é atividade de fomento do Estado. A par dessa iniciativa, verifica-se que o próprio Supremo Tribunal Federal, no decorrer do julgamento da ADI 1923, tem tratado de excepcionar o regime da Lei 8.666/93 quando se trata de atividade de fomento do Estado. Neste contexto, alguns pontos do RDC merecem reflexão especial.

Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que o Estado brasileiro perdeu sua capacidade de planejar, sendo fundamental, especialmente no caso de projetos singulares e originais, contar com o apoio da iniciativa privada, com a realização de parcerias estratégicas. E, nesse campo, o RDC traz um risco de retrocesso.

Durante a década de 1970, floresceu no Brasil a engenharia consultiva. Existiam, nessa época, empresas com até 3 mil engenheiros empregados. Muitas delas eram chamadas a atuar na fase de planejamento de obras públicas, auxiliando o poder público na definição dos projetos que seriam executados por outras empresas. Essa separação entre aquele que planeja e aquele que executa é sempre favorável ao interesse público. Ocorre que o novo modelo da RDC permite a união, em uma única contratação, das atividades de elaboração do projeto e de realização da obra.

Para atender uma emergência, que se apresenta em face dos cronogramas para os eventos esportivos, até se pode conjecturar sobre a oportunidade desse novo regime, mas, a longo prazo, ele pode se revelar ruinoso. A possibilidade de contratar como único objeto a formulação de projeto e a execução da obra não atende o interesse

público e turva a necessária transparência que deve permear o relacionamento do poder público com a aquisição de projetos e execução de obras de engenharia.

Os tribunais de contas recebem denúncias permanentes de irregularidade em compras, obras, que seguramente dizem respeito à ausência de um projeto básico e/ou executivo adequado, o que asseguraria melhores condições de controle por parte de técnicos do TCU e outros órgãos. A eficácia do controle externo fica condicionada à objetividade e transparência na formulação de projetos e na sua projeção orçamentária. O grande equívoco da nova lei se relaciona diretamente com a perda da capacidade de planejamento do Estado: como assegurar a existência de projetos amadurecidos na medida em que não se tem uma engenharia consultiva adequada, promovida e apoiada?

O sigilo como bode expiatório

Outro aspecto relevante diz respeito ao propalado sigilo das propostas. A questão do sigilo foi um bode expiatório jogado na discussão e os meios de comunicação compraram essa ideia sem uma reflexão mais crítica.

Na verdade, não existe sigilo. O que o RDC estabelece é que o orçamento público para a realização de obra e serviço seja elaborado anteriormente à licitação, mas que não seja divulgado nessa etapa inicial, de modo a evitar conluios ou manipulação dos preços. Tão somente isso. Assim que houver a entrega de propostas comerciais, o orçamento, bem como todos os demais preços ofertados, serão tornados públicos para a indispensável verificação de compatibilidade com o interesse público perseguido.

Essa prática era muito comum na década de 1970, quando, inclusive, havia um sistema de escolha da melhor proposta em que se fazia pela média ponderada das propostas e do preço orçado.

Trata-se de um sistema de escolha e o argumento de que não se pode controlar preços que não são divulgados publicamente é uma falácia. A própria norma diz que a partir da apresentação das propostas, eles se tornam públicos. É uma medida que pode trazer ganhos, dependendo do tipo e das condições da licitação, e das características da empresa licitante.

Outra questão é o fracionamento ou parcelamento do objeto a ser contratado em vários objetos menores como forma de agilizar a realização do interesse público, previsto expressamente na proposta do governo. Essa prática, até o presente, é rechaçada pelos tribunais de contas de todo o país. O art. 15, II, § 3º, do texto, ainda que afirme que serão preservados os ganhos de escala que seriam obtidos com a oferta de serviços para a globalidade do objeto, é passível de inúmeros questionamentos uma vez que dificulta a padronização de procedimentos ou ganhos de economia de escala na realização do interesse público.

Finalmente, vale destacar que a nova lei, ao tratar das relações entre Estado e iniciativa privada, define que na contratação das obras e serviços, inclusive de engenharia, poderá ser estabelecida remuneração variável vinculada ao desempenho da contratada, com base em metas, padrões de qualidade, critérios de sustentabilidade ambiental e prazo de entrega definidos no instrumento convocatório e no contrato.

Reforçam-se, assim, aspectos fundamentais do Estado gerencial. Ainda que isso se aplique apenas no âmbito do Regime Diferenciado de Contratações, trata-se de inovação que pode e deve ser estendida aos demais contratos da administração pública, condicionando desembolsos e pagamentos ao atendimento de padrões e indicadores previamente estabelecidos, propiciando melhor avaliação e mensuração de resultados e contribuindo para a transparência das informações e, por consequência, dos aspectos essenciais do controle social e democrático.

Caminhos possíveis

O Estado brasileiro precisa avançar em relação à sua capacidade de exercer um efetivo controle sobre suas ações, de modo a superar a rigidez burocrática aqui destacada. O estabelecimento de um Regime Diferenciado de Contratações específico para os eventos esportivos que se anunciam para os próximos anos, ainda que se destaque o atropelo e a falta de planejamento que evidencia, identifica a necessidade de adoção de instrumentos finalísticos, voltados para o resultado da ação estatal e não tanto para seu procedimento.

Nisso constituem importante avanço as iniciativas que privilegiam o controle do interesse público por meio do estabelecimento de remuneração variável, com base em metas e a avaliação por indicadores também pode se constituir em modelo a ser estendido para a administração pública como um todo.

A tecnologia da informação, as novas formas de controle finalístico e por resultados, a criação de indicadores e o controle social permitem que surjam novas formas de relacionamento com a administração pública, privilegiando, inclusive, a participação de entidades não estatais nas iniciativas em prol do interesse público.

RUBENS NAVES é professor licenciado do Departamento de Teoria Geral do Direito da PUC-SP, sócio titular de Rubens Naves, Santos Jr, Hesketh Escritórios Associados de Advocacia. **GUILHERME AMORIM CAMPOS SILVA** advogado, é mestre em Direito do Estado pela PUC/SP, sócio do Rubens Naves, Santos Jr. - Hesketh Escritórios Associados de Advocacia. Ilustração: Daniel Kondo. **Jornal Le Monde Diplomatique, setembro de 2011.**